

31-01-2024

JANEIRO BRANCO (III)

Bruno Chapadeiro

[Professor Adjunto/Universidade Federal Fluminense - UFF]

O Banco Mundial afirma que 2023 foi o ano da desigualdade. Na fatia dos mais pobres entre os pobres do mundo, 2023 terminou com algo em torno de 700 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de US\$ 2,15 (R\$ 10,50) por dia. Esse número era 40% menor em 2010. Os dados mostram que os efeitos da pandemia de covid-19 ainda são sentidos, especialmente entre os países de baixíssima renda. Também o último relatório da ONG [Oxfam](#) mostra que a riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo aumentou 114% desde 2020, enquanto a de 5 bilhões de pessoas diminuiu no mesmo período.

Nos próximos 10 anos o mundo poderá ter seu primeiro trilionário, mas levará quase 230 anos para acabar com a pobreza. No Brasil, 4 dos 5 bilionários brasileiros mais ricos aumentaram em 51% sua riqueza desde 2020, ano de início da pandemia. Ao mesmo tempo, 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres, sendo que, em média, o rendimento das pessoas brancas é mais de 70% superior à renda de pessoas negras.

O levantamento feito pelas fintechs [Zetra](#) e [SalaryFits](#), mostra que o dinheiro acaba antes do fim do mês para 63% dos/das trabalhadores(as) brasileiros(as) com carteira assinada. Mesmo com o salário-mínimo indo para R\$ 1.412 neste janeiro de 24, ainda está longe dos R\$ 6.439,62 necessários para a manutenção de uma família com quatro integrantes conforme calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos ([DIEESE](#)) considerando a renda e o tempo médio necessário para adquirir os produtos de uma cesta básica. Após desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, o(a) trabalhador(a) remunerado(a) pelo piso nacional comprometeu, em média, 53,59% do rendimento para adquirir os produtos em dezembro de 23. A desigualdade à brasileira se estende a outros indicadores: apenas 20% da população nacional tem acesso à internet de qualidade com diferença significativa entre regiões, classes sociais e grupos etários. Essa desigualdade afeta especialmente a educação, o trabalho e a comunicação de pessoas pobres e periféricas. Isso em se tratando de um país que no 4º trimestre de 2022, tinha 1,5 milhão de pessoas trabalhando por meio de aplicativos ([IBGE](#), 25/10/23). Precarização do trabalho e social, renda insuficiente, pauperização da população, vulnerabilização social, aumento da população em situação de rua, racismo estrutural e ambiental, desigualdade social e salarial de gênero, dentre outros fatores, deveriam estar na agenda de campanhas que visam a promoção da saúde mental como o Janeiro Branco, conforme aqui defendido em [2023](#) e [2020](#). O próprio fato do Janeiro ser “Branco” também já foi por nós posto em xeque pois de antemão promove um *apartheid* na forma de lidar com a questão. Nos cansam os *coachings* e especialistas de ocasião - agora aos montes nas redes sociais tratando do tema da “Saúde Mental” - que perpetuam a invisibilização da categoria trabalho, em seu sentido *latu sensu*, que versa não somente sobre a esfera da produção, mas também da reprodução social. Exasperam ao pregar as famigeradas saídas individuais que imputam culpa ao sujeito em sofrimento mental por sua condição.

Em nada contribuem ao debate ou à resolutividade da questão uma vez que os afastamentos por transtornos mentais aumentaram em 38% segundo dados da Previdência Social. Ansiolíticos, antidepressivos, drogas lícitas ou ilícitas para dormir, acordar, se manter ativo e ereto têm feito uma massa

solitária de dependentes dessas muletas químicas como forma de findar uma dor que atinge a alma. No mundo do trabalho contemporâneo, as pessoas que trabalham, ou seja, 99% que precisam vender sua força de trabalho para (sobre)viver - nós mesmos - comprometem parte da renda também para custear a terapia em busca de “saúde” mental. Por carregarmos a culpa de nos sentirmos eternamente improdutivos e em dívida com nosso entorno, o que nos faz duvidar constantemente de nossas potências e nos sentirmos impostores. Exacerbada, por permeada de chefias abusivas e perversas que cumprem os perfeitos papéis à gestão por humilhação da etapa atual do capitalismo de: contratos mal remunerados e sem garantias de direitos sociais (quando há contratos!); uma juventude que sacou as promessas falaciosas do neoliberalismo de que basta ralar para conseguir um local ao sol; uma população envelhecida que precisa retornar ao mercado de trabalho ou prolongar a vida ativa devido às aposentadorias insuficientes; nem-nem’s; desalentados; informais; trabalho migrante seja latino, filipino ou caribenho - mas sempre negro e pobre - análogo à escravidão; mulheres e populações LGBTQIAP+ com salários e condições de trabalho subalternizados; Pessoas Com Deficiência sendo postas em condições de trabalho ultrajantes; acidentados e adoecidos no/pelo trabalho que somam uma pandemia por ano; daqueles(as) que se autoexterminam de diversas formas pela perda de sentido da existência que é atravessada pelo trabalho. Bem disse a psicanalista Vera Iaconelli: “*adoecer pode ser uma saída honrosa para uma situação indigna de trabalho*”. Resistir ou perecer parecem ser as únicas alternativas àqueles que detêm, ainda, qualquer subjetividade. A expropriação do nosso tempo de vida, daquilo que Lukács chamaria de *otium*, ou seja, o tempo livre que se dá para além da esfera do consumo, nos tem sido cada vez mais expropriado. As tecnologias informacionais e as redes sociais corroboram para tal. O teletrabalho que o diga. A colonização da nossa saúde mental para o desejo de performance que se dá de forma extrínseca, nos impele a formas de trabalho cada vez mais alienadas e estranhadas. O tempo livre de qualidade demasiadamente humano não cumpre o tempo fabril. Nele as relações se dão não de forma ideal, prescindindo da quantidade de tempo ou da difícil tarefa de sustentar a face do sucesso, mas sim, das reais, em que se pode quebrar o pau e tudo depois estar bem e resolvido. Aos que resistem, temos assistido ao crescimento de relevantes movimentos sociais espontâneos, porém organizados, que têm questionado tal *status quo* do trabalho precarizado atual e as promessas neoliberais falaciosas. Desde os movimentos gringos *Occupy* e primaveras democráticas do começo do século XXI, aos *Great Resignation*, *Quiet Quitting*, *Boreout*, *4 Day Week* e o brasuca *Vida Além do Trabalho* (escala 6x1), agora destes anos 20, têm questionado e problematizado nossos atuais modelos de trabalho e o que eles têm consumido em saúde mental e tempo de vida. Se serão fagocitados como um dia fez Henry Ford - com pautas sindicais de redução de jornada laboral e acréscimo salarial - ou Taichii Ohno - com reivindicações de participação, controle e “maior imaginação ao poder” das juventudes da contracultura, movimentos hippies e de maio de 1968 - só o tempo dirá. Tempo livre, governança dos dados informacionais, autonomia e gestão do trabalho, além claro, da distribuição da riqueza visando o combate à desigualdade social, de gênero, racial, etária, etc. não virão se plantarmos árvores, mantivermos hábitos saudáveis diários de exercícios e alimentação ou mesmo pararmos para inspirarmos e respirarmos a cada 5 minutos do dia. Mas sim pela organização coletiva de classe. Se 2023 foi o ano da desigualdade, para que possamos pleitear a tão almejada “Saúde Mental”, 2024 precisará ficar conhecido por outro sinônimo: luta. ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.